



Ações e políticas de inclusão do IF Baiano Campus Catu às pessoas com necessidades específicas: um breve estudo

Bismarques Augusto Oliveira da Silva¹, Mirna Ribeiro L. da Silva²

¹Licenciando em Química, Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) – IF Baiano *Campus* Catu. e-mail: bismarquesaugusto@gmail.com

²Licenciada em Pedagogia, Mestre em Educação. Professora do IF Baiano *Campus* Catu. e-mail: mirnaribeiro@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho teve como objetivos consultar e analisar documentos oficiais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) que abordam sobre as ações e políticas voltadas à inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais, à luz do que sinalizam alguns documentos oficiais que norteiam e respaldam ações voltadas para esta temática nas esferas nacional e internacional. Os documentos do IF Baiano foram consultados do *site* do Instituto. Após levantamento documental e análise de conteúdo, chegou-se à conclusão que os documentos e, conseqüentemente, as políticas de inclusão do IF Baiano ainda estão em construção e precisam de tempo para aprovação e implantação, o que impede uma maior consolidação do Instituto em relação à Política de Inclusão brasileira.

Palavras-chave: IF Baiano, inclusão, necessidades específicas, políticas educacionais.

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, processos de homogeneização têm se caracterizado como base para a consolidação do preconceito e discriminação de indivíduos diferentes, fundamentalmente os portadores de deformidades físicas e mentais (BERNARDI *apud* TESSARO, 2005). Ser diferente, de acordo com Amaral (1998), significa que o indivíduo não se enquadra em certos critérios e parâmetros construídos por uma classe dominante e instituídos por uma sociedade excludente.

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação (BRASIL, 2007) e cujas proposições incidem sobre os processos de homogeneização e diferenciação excludentes na escola acima aludidos.

Atualmente, tem ganhado cada vez mais o consenso social a importância do método de inclusão nas escolas, se comparado ao anteriormente utilizado, a integração. Aos poucos este paradigma vem sendo aplicado. Sassaki (2005) comenta que muitos países já adotaram a abordagem inclusiva em suas escolas e o Brasil já começou a buscar o seu caminho, mesmo que com pouca ajuda técnica e financeira, porém com grande determinação por parte de muitos diretores e diretoras, docentes e pais, assim como do Governo Federal.

Seguindo esse pressuposto é que questiona-se a existência de uma educação inclusiva nos Institutos Federais, mais especificamente, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) *campus* Catu. Assim, baseando-se neste questionamento, este trabalho pretende problematizar sobre a temática inclusão neste Instituto, tendo por base a documentação oficial existente no IF Baiano e no *Campus* Catu que trate sobre o assunto.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Inicialmente realizou-se análise documental, com consulta a alguns documentos considerados como bases norteadoras, políticas e legais, na temática de inclusão e diversidade, dentre os quais: Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994); Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007); Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1998); etc. Esta consulta serviu como embasamento teórico e também como respaldo para a realização desta pesquisa.



Em seguida, foram consultados na página do IF Baiano na internet (<http://www.ifbaiano.edu.br/portal/>) os documentos oficiais que servem como faróis nas ações deste Instituto. Foram analisados os seguintes documentos: Minuta do Regimento Geral (IF BAIANO, 2011); Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2009-2013 (IF BAIANO, 2009) e a minuta da Política da Diversidade e Inclusão do IF Baiano (IF BAIANO, 2011).

Estas consultas foram fundamentais para se avaliar o estágio em que se encontra o IF Baiano na garantia dos direitos das pessoas com necessidades específicas, contribuindo para a sua inclusão e permanência na instituição.

A avaliação dos dados encontrados deu-se através da análise de conteúdo dos documentos do IF Baiano em comparação com o conteúdo dos documentos nacionais e internacionais. Foram observadas somente as políticas e ações que tratassem da temática inclusão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os documentos consultados, aqueles que regimentam e norteiam as ações e políticas do IF Baiano, dois deles – a Minuta do Regimento Interno e a Minuta da Política da Diversidade e Inclusão do IF Baiano – estão ainda em processo de consulta e construção pela comunidade escolar (discentes, docentes e servidores técnico-administrativos) e, por fim, à espera de aprovação do Conselho Superior deste Instituto. Já o terceiro documento consultado, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2009-2013, serve de farol para as ações da instituição, embora não haja nada normatizado internamente ou dependente de lei que acompanhe ou até mesmo fiscalize a execução e a efetividade destas ações.

Em relação à temática estudada neste trabalho pode-se observar alguns direcionamentos oficiais no sentido de se implementar políticas inclusivas, como o seguinte, no PDI do IF Baiano:

De acordo com o Item 1.8 Responsabilidade social da Instituição, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano implementará ensino de qualidade, bem como a inclusão de jovens, adultos e pessoas com necessidades especiais, no universo da comunidade escolar, contando com a coparticipação de vários atores sociais, como entidades integrantes do setor privado, do terceiro setor, além de diversos segmentos da sociedade, com vistas ainda à maximização da relação custo-benefício, considerando todas as nuances e etapas do processo formativo (IF BAIANO, 2009, p. 21).

Percebe-se que o PDI cita a inclusão de pessoas com necessidades especiais no universo da comunidade escolar como responsabilidade social da instituição, e que no âmbito de cada *campus*:

(...) serão implementadas políticas que contemplem aspectos como democratização de acesso, atendimento ao discente, estímulo à permanência do alunado seguindo os itinerários de formação oferecidos, criação de apoio financeiro e pedagógico e, política de acompanhamento de egressos. (IF BAIANO, 2009, p. 22).

Observa-se que ações voltadas à democratização de acesso, atendimento e estímulo à permanência do educando é uma de suas metas da Instituição. Abordando mais especificamente a Inclusão Social, o PDI traça como meta: “*Inclusão social*: implementar processos educacionais de forma a contemplar a necessidade de abrangência social, como forma de inclusão de todas as demandas de formação” (IF BAIANO, 2009, p. 24).

Na Minuta do Regimento Geral do Instituto foram destacados alguns trechos sobre competências das Pró-Reitorias de Administração (PROAD), Desenvolvimento Institucional (PRODIN) e Ensino (PROEN), quanto à forma como devem ser organizadas as políticas institucionais:



(...) Art. 56 À Pró-Reitoria de Administração compete:

I - elaborar e consolidar, em conjunto com os demais órgãos da Reitoria e com os *Campi*, a proposta orçamentária do IF Baiano, em função dos planos, projetos e programas governamentais e institucionais, de acordo com as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (...) (IF BAIANO, 2011a, Art.56).

Assim, a Minuta do Regimento Geral abre espaço para uma política efetiva de inclusão e torna válidas as metas do PDI, ao citar como competência de uma Pró-Reitoria a elaboração e consolidação da proposta orçamentária do IF Baiano de acordo com este Plano – que trata de metas a serem alcançadas.

Sobre a PRODIN, no item II, Art. 59 do mesmo documento é colocado como sua competência “(...) fomentar, promover, coordenar, supervisionar e monitorar o planejamento institucional, objetivando a construção e a execução do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Plano de Ação Anual do IF Baiano” (IF BAIANO, 2011a).

De acordo com a Minuta do Regimento Geral (IF BAIANO, 2011b, p. 22), compete à Pró-Reitoria de Ensino zelar pela adequação dos cursos ao Projeto Pedagógico Institucional, ao Plano de Desenvolvimento Institucional e aos objetivos institucionais; desenvolver políticas de assistência estudantil e de inclusão e também incentivar ações relativas à diversidade, inclusão e educação socioambiental.

Todas estas competências determinadas nos documentos oficiais do IF Baiano dão espaço a uma política de inclusão e estão de acordo com documentos de âmbito nacional e internacional, como o citado na Declaração Mundial sobre a Educação para Todos de Jomtien, por exemplo, que resguarda o direito de aprendizagem a todos os educandos, sem distinção de suas necessidades específicas:

(...) Art. 6 Propiciar um ambiente adequado de aprendizagem, vendo que a aprendizagem não ocorre em situação de isolamento. Portanto as sociedades devem garantir a todos os educandos assistência em nutrição, cuidados médicos e apoio físico e emocional essencial para que participem ativamente de sua própria educação (UNESCO, 1998, p. 5).

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), por outro lado, vai além da afirmação do direito do educando e assinala que os governos devem adotar o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares.

Não obstante, apesar dos avanços das proposições do IF Baiano para uma política de atendimento de qualidade às pessoas com necessidades especiais de aprendizagem, como já afirmado inicialmente, a maioria dos documentos que regimentam e norteiam as ações e políticas do IF Baiano ainda estão em processo de construção e aprovação por órgãos colegiados da instituição. Falta somente a implementação, com a aprovação destes, para que tais ações e políticas voltadas à inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais possam enfim vir a ser consolidadas.

6. CONCLUSÕES

Em que pese a lentidão nos processos de implementação de documentos fundamentais para a execução da função social do Instituto, este tem recebido estudantes portadores de necessidades específicas e tem, obrigatoriamente e por necessidade, tentado se adequar para garantir o direito destes estudantes a permanecerem na instituição e concluírem seus estudos com êxito.

É preciso que o Regimento Geral seja urgentemente elaborado, aprovado e entre logo em vigor. Assim, as ações políticas de inclusão serão iniciadas com um maior respaldo jurídico e político, e poder-se-á ter a certeza de sua continuidade. Este documento é especialmente importante porque é dele que emanam o Plano de Desenvolvimento Institucional e outras políticas fundamentais para a instituição.



REFERÊNCIAS

AMARAL, Lígia A. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. IN: AQUINO, J. G. (Org.). **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998, pp. 11-30.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

IF BAIANO. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2009-2013**. Salvador, 2009. Disponível em: <<http://www.ifbaiano.edu.br/pro-reitorias/prodin/files/2011/11/PDI.pdf>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2012.

_____. **Minuta do Regimento Geral**. Salvador, 2011a. Disponível em: <<http://www.ifbaiano.edu.br/pro-reitorias/prodin/files/2011/11/MinutadoRegimentoGeral.pdf>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2012.

_____. **Política da diversidade e da inclusão do IF Baiano**. Salvador, 2011b, *mimeo*.

SASSAKI, Romeu. Inclusão: o paradigma do século 21. **Inclusão – Revista da Educação Especial**. São Paulo, pp. 19-23, 2005.

TESSARO, Sanches Nilza. Inclusão escolar: visão de alunos sem necessidades educativas especiais. **Revista Psicologia escolar e educacional**, Maringá-PR, n. 1, vol. 9, pp. 105-115, 2005.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtiem, 1998. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=14803>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2012.

_____. **Declaração de Salamanca**. Salamanca, 1994. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2012.